

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DE PÁScoa 2024

Que fazem, o **MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Cañellas, nº 258, inscrita no CNPJ/MF sob nº 87.612.917/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSÉ ALBERTO PANOSSO**, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e **N.L NEUBARTH & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de TAQUARA/RS, na Rua Tristão Monteiro, 1365, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº.03.145.819/00001-35, neste ato representado por seu representante Sr. **ROBERTO NEUBARTH**, brasileiro, empresário, casado, residente e domiciliado em Taquara/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº.310.993.190-72, portador da cédula de identidade civil sob o nº 4008106512, doravante denominado **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA

O presente contrato administrativo reger-se-á, pelas normas da Lei Federal 14.133/2021, tendo como base o Pregão Eletrônico nº 4/2024, Processo Licitatório nº 8/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. aquisição de materiais para confecção e ornamentação de Páscoa 2024, conforme segue:

Empresa: N. J. L. NEUBARTH & CIA. LTDA. - 106612						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
18	20,00	SC	Bolinha Isopor Micro-Pérolas para enchimento.Isopor EPS / Isopor (poliestireno expandido).Saco com 300 Litros Descrição:Micro Bolinhas (Pérolas) de Isopor para enchimentos de puff, bichinhos, artesan	Styroform	118,22000	2.364,40
37	300,00	UN	Cola quente refil , grossa super transparente 11,2x300P	rendicola	1,16000	348,00
44	1.000,00	M	Elástico nº12	dorli	0,29000	290,00
52	10,00	rl	Fita em cetim lisa, nº9, 38mm, rolo com 10m,cores a escolher	Zanotti	6,94000	69,40
53	20,00	rl	Fita em cetim lisa,nº 5, 22mm, rolo de 10m, cores a escolher	Zanotti	5,04000	100,80
54	10,00	rl	Fita em cetim lisa,nº1, 07mmx100m , cores a escolher	td	9,21000	92,10
74	5,00	rl	Linha para costura reta , em rolo, 1500m na cor amarelo ouro	Linhanyl	4,17000	20,85
75	5,00	rl	Linha para costura reta , em rolo, 1500m na cor laranja	Linhanyl	4,41000	22,05
76	6,00	rl	Linha para costura reta , em rolo, 1500m na cor branca	Linhanyl	4,17000	25,02
77	6,00	rl	Linha para costura reta ,em	Linhanyl	4,17000	25,02

			rolo, 1500m na cor marrom			
116	2,00	pot	PURPURINA -pó metálico extra fino, cor OURO DUCADO, pote de 50g	gliart	62,82000	125,64
118	2,00	pot	PURPURINA -pó metálico extra fino, cor PRATA, pote de 50g	gliart	64,76000	129,52
120	2,00	rl	Renda de nylon,peça com 50 metros e 37mm de larguraComposição: 100% Poliamida, na cor branca	NYBC	49,89000	99,78
128	1,00	rl	Sianinha 5mm, composição 100% viscose ,rolo com 50m, na cor amarelo claro	S. José	45,83000	45,83
129	1,00	rl	Sianinha 5mm, composição 100% viscose ,rolo com 50m, na cor laranja	S. José	46,21000	46,21
130	2,00	rl	Sianinha 5mm, composição 100% viscose, rolo com 50m, na cor branco	S. José	45,83000	91,66
150	40,00	M	Tecido TRICOLINE estampado floral miúdo, em tons de amarelo, laranja e bege (estampas a escolher)	Peripan	19,82000	792,80
151	20,00	M	Tecido TRICOLINE 100% Algodão, com gramatura: 128g/m². estampa POÁ (laranja com branco, marrom com branco, , bege com branco, tons pastéis), a escolher	Peripan	19,82000	396,40
152	30,00	M	Tecido TRICOLINE 100% Algodão, com gramatura: 128g/m². estampa xadrez miúdo (laranja com branco, marrom com branco, , bege com branco, xadrez em tons pastéis)	Peripan	16,21000	486,30
Total dos Produtos						5.571,78

2.2. Todas as quantidades, obrigações, prazos e demais especificações deverão ser de acordo com o termo de Referência em anexo

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA

3.1. O prazo da entrega dos materiais deverá ser realizada conforme solicitação formalizada pela Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, juntamente com a Nota Fiscal, na BR 386, Parque de Exposições de Frederico Westphalen.

3.2. O prazo de entrega dos materiais, não poderá ser superior a 10(dez) dias úteis, contados após a data de emissão da autorização de entrega, que poderá ser enviada por e-mail.

3.3. O recebimento dos materiais será efetuado pelo Secretário da Indústria, Comércio e Turismo Alessandro Molossi e/ou, ainda por servidor devidamente designado para esta função.

3.4. Qualquer ocorrência que impossibilitar a realização de entrega no prazo deverá ser justificada com antecedência a contratante, sob pena de aplicação das penalidades e multas previstas do contrato.

3.5. Além da entrega no local designado pelo contratante, deverá à contratada, também, descarregar os produtos/materiais no local indicado, comprometendo-se, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

3.6. Será avaliado o acondicionamento dos materiais no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, quebradas, trincadas e com aparências duvidosas não serão aceitas.

3.7. A contratada ficará obrigada substituir os itens recusados pelo contratante, observando que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

3.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade pela qualidade dos materiais, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos em lei.

3.9. Na hipótese de o produto/material entregue não atender as exigências contratuais, no mesmo não será aceito, devendo a contratada substituí-lo, imediatamente após a comunicação formal da contratante.

3.10. Os itens a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

3.11. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

3.12. A entrega dos produtos deverá ser feita em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega

3.13. Os itens a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

3.14. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

3.15. A entrega dos produtos deverá ser feita em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ 5.571,78(cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos)**.

4.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material/serviço, a entrega na Secretaria Requisitante, atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela fiscalização e liquidação.

4.3. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos materiais ou implicará sua aceitação.

4.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para liquidação e pagamento.

4.5. Considerando o Art. 2º do Decreto Municipal nº 008/2022 o Município passará a aplicar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de retenção de Imposto de Renda em seus pagamentos. Sendo que Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI não estarão sujeitas à retenção de IR.

4.6. Considerando o Art. 349, I do Código Tributário Municipal, LC 004/2018, o município efetuará a retenção do imposto sobre serviços - ISS, quando da prestação de serviços.

4.7 Quando a empresa apresentar dedução da base de calculo deverá apresentar as notas fiscais de material afim de comprovar a dedução

4.8 Quando se referir a objeto de serviços a licitante deverá cumprir o que estabelece os art. 50 e 121 da Lei 14.133/2021

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa	Há Previsão
1070 3390.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO	Sim

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato se dará por até 31 de dezembro de 2024 a contar da sua data, podendo ser prorrogado por iguais períodos conforme Lei 14.133/2021

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. 16.1. Nos termos do art.117, III, da Lei nº 14.133, de 2021, fica o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo Alessandro Molossi e/ou servidor(a) por ele designado para a função de acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das descritas no Termo de Referência:

- a) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada nos produtos entregues para que sejam substituídos.
- b) Supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços/materiais
- c) Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

9.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das descritas no Termo de Referência:

- a) Atender às determinações da fiscalização do Município de Frederico Westphalen e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto a entrega dos itens;
- b) Manter entendimento com o Município de Frederico Westphalen, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos materiais.
- c) Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o item.
- d) Responsabilizar-se pela procedência e qualidade dos itens de informática.
- e) O fornecedor assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento e entrega dos itens nos endereços indicados, necessários à boa e perfeita conservação dos mesmos.
- f) Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados,

e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros

- g)** Fornecer os itens cotados em estrita conformidade com as especificações constantes neste termo de referência.
- h)** Entregar os materiais no prazo fixado;
- i)** Comunicar o Município, por escrito, eventuais atrasos, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do prazo final de entrega.
- j)** Substituir no prazo máximo de 05 (cinco) dias os itens recusados pelo Município.
- k)** Responsabilizar-se pelas despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir, sobre os objetos licitados;
- l)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas da licitação.
- m)** Não transferir a terceiros as obrigações assumidas;
- n)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- o)** Assegurar a garantia dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- n)** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- o)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- p)** deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- q)** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital e seus anexos
- r)** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- s)** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- t)** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1 deste, as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 10.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 10.2 do presente.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. A aplicação das sanções previstas no item 10.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.7. Na aplicação da sanção prevista no item 10.2, alínea "b", do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 10.2 do presente exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 137, da Lei 14.133/2021, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras

de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- I)** Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- II)** Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Frederico Westphalen (RS), 06 de março de 2024

JOSÉ ALBERTO PANOSSO

Prefeito Municipal

Contratante

Testemunhas:

Elisandra N. Santos _____

CPF: 97365505087

Carina da Silveira _____

CPF 016.708.600-60

ROBERTO NEUBARTH

N.L NEUBARTH & CIA LTDA

Contratada